

BIBLIOTHECA MUNDI: LIVROS DE VIAGEM E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA COMO ESPELHOS DA NAÇÃO¹

AMILCAR TORRÃO FILHO*

RESUMO

Este artigo trata das formas como a Literatura de Viagem foi incorporada à historiografia brasileira, dando-lhe inúmeras imagens das cidades luso-brasileiras, servindo como um espelho de alteridade, que de um lado construía a identidade do viajante europeu pela inversão de sua civilização descrita na barbárie luso-brasileira; de outro, dando uma visão estrangeira, supostamente neutra, à historiografia, bem como um método histórico, por meio do texto de Von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*.

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes; Literatura de Viagem; Historiografia; Alteridade.

ABSTRACT

Abstract: This paper discusses the ways in which Travel Books was incorporated into the Brazilian historiography, giving you countless images of Luso-Brazilian cities, serving as a mirror of otherness, which built the first European traveler's identity by reversing its civilization described in the Luso-Brazilian barbarism, on the other, giving a foreign, supposedly neutral, to historiography, as well as a historical method, through the text of Von Martius, *How should to write the history of Brazil*.

KEYWORDS: Travelers; Travel Books; Historiography; Otherness.

Você deve saber melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.

Italo Calvino²

Em janeiro de 1845, a *Revista Trimestral de História e Geographia* publica um texto de Von Martius intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, que seria premiado pelo Instituto em 1847. Pequeno texto que teria uma fortuna enorme na historiografia brasileira, propondo uma “historiografia filosófica do Brasil”; convidado a escrever uma História do país a partir dos princípios delineados em seu artigo, o que nunca aconteceu, muitas de suas sugestões acabaram por “constituir um conjunto de princípios e diretrizes norteadores de como se pensar uma história nacional do Brasil”, presentes nas obras dos membros do Instituto e na *História Geral* de Varnhagen.³ Seu texto propõe uma história pragmática e filosófica, baseado na construção da identidade da jovem monarquia, a “missão específica reservada ao Brasil enquanto nação”, a importância das três raças na formação do país.⁴

Martius inicia sua reflexão com tema que era predominante na literatura de viagem sobre o Brasil: a presença no país de três elementos de “*natureza muito diversa*”, que haviam convergido aqui de um modo particular; a raça cor de cobre, ou americana, a branca europeia e a preta ou etiópica. Deste encontro e da mescla destas “raças” formou-se a população brasileira, “*cujas história tem um cunho muito particular*”.⁵ A novidade deste encontro é a mistura entre estas “raças” que se deu no Brasil, que parece espantar ao autor; para ele, cada uma delas “*compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico particular*”. Estas forças tão desiguais impõem que o desenvolvimento do país e o avanço de sua história se dêem “*segundo uma lei particular das forças diagonais*”.⁶

Não era este o grande espanto dos viajantes ao desembarcarem no Rio de Janeiro ou Salvador, com suas turbas variegadas de negros incultos? Tal como descritas pelo próprio von Martius e por Spix:

Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto

européu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria.⁷

Ou no interior do Brasil, com suas populações caboclas e mestiças, que tanto desagradavam a Saint-Hilaire com sua feiúra, apatia e inconstância? Para este naturalista, mesmo com o ar mais são da terra disponível nesta província, os mestiços de brancos e índias que encontra em São Paulo são incapazes de uma vida útil e produtiva, preferindo mesmo a vida em locais insalubres, porque possuem "*tanta ou mais imprevidência que seus ancestrais maternos e talvez ainda mais apatia*".⁸ O texto de Martius, assim como as narrativas de viagem, mais do que afirmar se pergunta como será possível que três raças tão díspares (tristes, como afirmou Paulo Prado em seu *Retrato do Brasil?*), possam se misturar e formar daí uma civilização. Não há dúvida para ele de que cada uma terá uma contribuição própria, pois são, como afirmou, muito diferentes entre si. Ao branco português, cabe o papel de "*mais poderoso e essencial motor*", embora não se deva desprezar "*as forças dos indígenas e dos negros importados*", que, tanto uns quanto os outros, "*reagiram sobre a raça predominante*".⁹

Um historiador reflexivo, para Martius, deve mostrar as condições para o aperfeiçoamento destas três raças, sem desconfiar da perfectibilidade de nenhuma delas, sob pena de que o leitor desconfie "*que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas*".¹⁰ Esta imparcialidade deve também colocar-se acima da imensa variedade do Brasil, no que diz respeito "*à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão dispartados elementos*", para que não se corra o risco de escrever não uma história do Brasil, mas sim "*uma série de histórias especiais de cada uma de suas províncias*".¹¹ Entretanto, este historiador deve estar atento a estas particularidades regionais, pois do contrário corre o risco de "*não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar ao leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores*".¹² Em suma, esta história deve ser escrita a partir de uma narrativa imparcial e pitoresca, ressaltando a "*cor local*", ou o que o país tem de próprio, descritível, um quadro

vivo da evolução da nação. E este quadro pitoresco deve ser “*pintado*” por um historiador-viajante: para tal trabalho, diz ele, “*parece-me indispensável que o historiador tivesse visto antes esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades de sua natureza e população*”. Só assim seria possível que o historiador pudesse avaliar “*todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexa pragmático para com os acontecimentos na vizinhança*”.¹³

O Brasil não era suficientemente conhecido dos brasileiros, pois estes não viajavam, daí a necessidade de apresentar o país aos seus habitantes, que eles se reconhecessem, com as suas peculiaridades, na história mais geral do país, bem como que o texto tivesse “*uma variedade e riqueza de fatos*”, ganhando “*em interesse para o leitor Europeu*”.¹⁴ Interesse que era, em von Martius, de mão dupla, uma vez que a formação do país era vista como um espelho da civilização europeia: o historiador pragmático do Brasil deveria “*mostrar como aí se estabeleceram as ciências e artes como reflexo da vida Europeia*”.¹⁵ Sua proposta de ressaltar a cor local se aproxima do plano de construção de “*retratos vivos*” que o coronel inglês Julian Jackson indica aos viajantes para uma melhor divulgação do conhecimento geográfico. O coronel Jackson recomenda que os viajantes, para interessarem ao leitor comum tenham “*especial atenção ao pitoresco em suas descrições de hábitos, costumes, e sentimentos*”. Sentimentos e ações, diz o autor, podem não ser assuntos aparentemente apropriados do pitoresco, mas qualquer tópico moral “*é suscetível de ser representado por uma pintura verbal*”.¹⁶ Jackson reconhece que para descrever alguns “*objetos materiais*” as pinturas ou pranchas eram mais convenientes, pois num olhar rápido se poderia perceber mais do que na mais acurada descrição. No entanto, muitas vezes o preço destas imagens impedia que elas fossem feitas. De todo modo, para ele, os desenhos de um livro de viagem deveriam servir apenas para dar uma “*ideia mais correta dos objetos mencionados no texto. Às pranchas falta vida e movimento. É tarefa do texto animar a cena, dar vivacidade à paisagem, fazer as figuras moverem-se e falarem*”.¹⁷ A descrição será mais precisa quanto mais puder capturar “*a peculiaridade mais notável da paisagem, seja resultado de causas naturais, seja da indústria humana*”; e esta peculiaridade seria mais bem captada “*na primeira impressão produzida pelo primeiro olhar*”.¹⁸ Esta imagem retórica tão forte, de uma *pintura verbal*, ou de quadros em

movimento, que nos reproduz as ações morais dos homens e seus sentimentos, está de acordo com o que diz Burke em seu conhecido trabalho sobre o Belo e o Sublime, sobre a força das palavras sobre a imaginação e as sensações. Para ele, objetos naturais, a pintura e a arquitetura nos imprimem uma impressão e afetam nossos sentidos; mas as palavras, diz ele, “*nos afetam de uma maneira diferente*”, pois elas “*excitam as ideias de beleza e sublimidade tão bem como qualquer destas coisas, e às vezes, muito mais do que elas*”.¹⁹

É o caminho do progresso da civilização que interessa a von Martius, e ele se dará pela compreensão do processo de miscigenação “*como alavanca para a civilização, desde que conduzida pelo português*”, cuja superioridade como europeu “*justificaria a irradiação da civilização europeia pelo mundo afora*”.²⁰ Pois não era isso que vinha buscar o viajante nos Trópicos? Um espelho de sua capacidade produtiva, criativa e civilizatória em meio aos povos bárbaros. Sendo assim, não espanta que um viajante tenha acabado por escrever uma metodologia da história para uma nação em vias de “civilização” na América, pois esta possibilidade já estava dada no caráter reformista, filantrópico e propositivo que tinham praticamente todas as narrativas de viagem, de forma mais ou menos incisiva e polêmica. A preguiça é uma das causas da miséria material e moral dos luso-brasileiros, que não passa despercebida aos viajantes. Incapazes de gerir uma terra tão rica sozinhos, necessitam da ação pedagógica do estrangeiro. Para Tollenare, negociante francês, por exemplo, muitos brasileiros de origem portuguesa vivem apenas com um pouco de farinha de mandioca por dia, um pouco d’água, uma choupana e por móveis uma rede e um fuzil, “*felizes quando têm tabaco e repouso*”, uma existência que eles chamam de deliciosa, e que “*nós europeus*”, diz ele, “*não fazemos ideia do que seja uma vida tão indolente*”.²¹ A preguiça gera a ignorância, o que permite que o europeu possa desejar se incumbir da tarefa de “educar” o povo e talvez até mesmo seus governantes. Cada viajante se coloca num papel de “pedagogo” da razão, mais ou menos conscientemente; Tollenare tem consciência desta “função” que o viajante pode ter num país de almas e corpos tão *desleixados*, como afirma este autor, para quem o clima e o sol escaldante não são os responsáveis por esta preguiça; ele estava convencido de que a

repugnância dos brasileiros pelos longos passeios, sob o pretexto de que o clima os impedia, tinha como causa uma preguiça de corpo [*nonchalance*]

de corps] que lhes deixa inimigos do exercício e uma preguiça de espírito [*nonchalance d'esprit*] que afasta de toda investigação que não tenha por meta um objeto de interesse pecuniário imediato.²²

Portanto, ao estrangeiro que venha ao Brasil, sobretudo ao homem instruído, que *"possa propagar as luzes"*, ele recomenda que *"não se recuse um certo ar de pedantismo brutal: ele seria prontamente considerado como uma águia"*. Pois a decente e desconfiada modéstia, que faz *"o adorno e o mérito"* dos homens sábios, que reconhecem que quanto mais sabemos mais temos a saber, *"passa aqui por uma confissão de fraqueza ignorante"*, onde o orgulho rechaça e despreza as boas ideias que lhe são apresentadas.²³ O preguiçoso *"é mais sábio aos seus olhos do que sete pessoas que respondem com tato"*.²⁴ Este pedantismo que está ligado a este "amor pronunciado", que se atribui aos luso-brasileiros, pelas *"formas fixas, pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos"*, um *"vício de bacharelismo"* que seria um *"dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro"*. Construções de inteligência que *"representam um repouso para a imaginação comparável à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino"*. Apego por tudo *"quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante"*, e que favoreça *"uma espécie de atonia da inteligência"*.²⁵ Em suma, uma extrema preguiça do pensamento e da alma daqueles que foram presenteados injustamente com uma natureza pródiga.

Todas estas teorias e projetos de reforma dos viajantes estão preocupados com o progresso da civilização no Brasil, cuja face indistinta tanto lhes assustava, como já havia notado o conde de Suzannet. Descrevendo a natureza da cidade do Rio de Janeiro e as montanhas que emolduram a baía, à exceção do Pão de Açúcar, *"cone árido, mais bizarro do que majestoso"*, e do Corcovado, *"que paira sobre nossas cabeças"*, no qual procurei, diz ele *"em vão perceber diferenças de formas que me permitissem distingui-las"*, ela se apresenta opaca e indefinível. O aspecto destas montanhas, afirma, é semelhante *"à face dos negros, que por não terem fisionomias distintas, apenas o hábito nos impede de confundi-los"*.²⁶ O Rio de Janeiro tornou-se, para ele, metáfora e imagem símbolo do país: cidade opaca, indefinível, indistinguível, face sem fisionomia de uma nação que é igual aos negros que inundam suas ruas e fazendas, um único rosto desfigurado e sem expressão. Se a expressão facial representa uma *"relação entre a interioridade do*

homem e sua aparência, e de suas transformações”,²⁷ a expressão do negro, e por antonomásia, do Brasil, representa o vazio e a inexpressão; nada mais além de ilusão e desordem.

Saint-Hilaire destaca a importância de se enviar ao Brasil, país “novo” e a ser “descoberto” pela ciência, observadores bem treinados. Em carta ao naturalista Deleuze, de 4 de dezembro de 1816, afirma:

Que vasto campo este país oferece ao observador! Não é apenas de naturalistas que ele reclama. Seria necessário um filósofo para estudar estes habitantes e seu caráter tão diferente do nosso, para indicar os remédios à barbárie que ameaça incontestavelmente o interior deste belo país.²⁸

O filósofo convocado foi von Martius, que se não chegou a cumprir a meta, deixou ao menos uma proposta de trabalho. A importância maior deste texto tem relação com o método que von Martius empresta da literatura de viagem para a escrita de uma história para o Brasil. Primeiramente a imparcialidade da visão de “fora”, um olhar estrangeiro que esteja acima das divisões raciais e geográficas; ao mesmo tempo, uma atenção a estas diferenças, que constituem a cor local, a descrição pitoresca, atraindo tanto o leitor nacional, que se reconheceria nas particularidades daquilo que lhe é próprio, quanto o europeu, reconhecido também no espelho de alteridade oferecido pela narrativa pitoresca, demonstrando a adaptação de sua civilização, seus hábitos e suas “formas obsequiosas”, nas terras da Zona Tórrida. Uma estetização do passado para uma maior eficácia da narrativa, conferindo vida e cor a este passado, formando “quadros vivos”. E por fim, a viagem como método de conhecimento histórico, que já tinha sido sistematizada nas artes apodêmicas e nas instruções de viagem, que aqui ganha corpo numa metodologia historiográfica, num deciframento do passado, bem como num projeto de construção de futuro.

Os historiadores do Instituto Histórico, que premiam o texto de von Martius, não por acaso, irão valorizar os relatos de viagem como fontes de informações históricas:

a fala autorizada dos viajantes e/ou naturalistas poderia, no limite, complementar ou até mesmo substituir a fonte consumida pela *viagem*

dos tempos. Tais memórias ao descrever a localidade, sua natureza específica, seus costumes e gente, passavam a integrar uma descrição geral do país e sua história.²⁹

Estes relatos, de viajantes e cronistas, serão fundamentais para a composição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, para quem mesmo um viajante reconhecido como “mentiroso” em seu tempo, como era o caso de Thevet, não poderia ser descartado; por um lado, pela escassez de fontes para o século XVI, por outro, por ter estado “realmente” no Brasil do século XVI,³⁰ o que lhe conferia a autoridade do testemunho e da experiência, ainda que matizada por sua natureza mentirosa. Mais do que fonte, a literatura de viagem em Varnhagen, é estrutura textual: para Cezar, “suas noções cartográficas, o cromatismo com o qual desenha e pinta a natureza, a forma como descreve os selvagens, os caminhos da colonização portuguesa”, tudo isso funciona em seu texto como se ele estivesse “constantemente acompanhado do olhar do viajante, que ele focaliza de acordo com seus objetivos, principalmente os de encontrar o começo da nação brasileira”.³¹ Por isso, se louva as contribuições de Saint-Hilaire para a ciência e para as relações entre o Brasil e a França, reprova-lhe o estilo. Como viajante, diz ele, “houvéramos preferido vê-lo menos erudito e mais profundo observador, e sem uma certa pretensão enfática de mostrar-se superior aos outros seus colegas viajantes, dando-lhes quinaus, e criticando-os”.³² A narrativa de Varnhagen busca, por meio de viajantes e cronistas, com uma técnica emprestada à viagem, “a ordenação de fisionomias e paisagens em mapas e descrições à imagem e semelhança do que se faz nos relatos de viagem”.³³ Além da informação correta, do juízo criterioso, a narrativa de viagem para ser útil à história da nação, deveria observar com agudeza as peculiaridades dos brasileiros, a cor local da terra, a vivacidade e o movimento da paisagem.

Guimarães chama à atenção que nos “textos de fundação” do Instituto Histórico, havia uma tensão entre “uma história de base filosófica e iluminista”, e uma “história concebida como ciência empírica dos fatos”;³⁴ debate análogo ao que ocorria na literatura de viagem entre o século XVIII e o XIX, quando o gênero oscilava entre uma narrativa objetiva e científica, baseada no trabalho do viajante naturalista, ou uma descrição pitoresca, estetizada, na qual a subjetividade dava a cor e a textura ao espaço narrado, quando “se abandona na escritura das viagens um imperativo de ordem mimético por um poético”.³⁵ A importância da viagem aqui não

é apenas ser uma fonte que dá um colorido especial ao passado, mas um método pelo qual o historiador pode conferir *in loco* o que as fontes escritas dizem, além de ser uma maneira de delinear e reconhecer o território da nação. Num texto lido em sessão do Instituto Histórico de novembro de 1840, publicado em julho de 1841, portanto antes do texto de von Martius, Rodrigo de Souza da Silva Pontes dissertou sobre os meios que se devia lançar mão para ter acesso a documentos relativos à história e geografia do Brasil. Uma das principais medidas a serem tomadas era a organização de viagens científicas, com o fim de elucidar pontos da história ou geografia do país ainda não suficientemente esclarecidos.³⁶ As viagens serviriam para descobrir novos documentos, ter acesso a fontes primárias, esclarecer pontos duvidosos de nossa história e permitir um melhor conhecimento do território; forma-se com as viagens do Instituto “*uma ciência do Estado que elegeu o binômio território-população como objeto privilegiado de saber*”.³⁷ Em certo sentido, caminho que refaz o percurso da viagem ilustrada do século XVIII, realizada dentro do próprio país do viajante, que não buscava a sua alteridade, mas tinha como objetivo “*conhecer a fundo, reconstruir, reformar, regenerar o país*”,³⁸ ou compilar documentos para a formação de arquivos, como aconteceu com o Arquivo das Índias na Espanha.³⁹ E no caso dos historiadores brasileiros, fundar uma memória da nação.

No século XIX debate-se sobre a pertinência da literatura de viagem como fonte histórica, não mais uma fonte de informações etnográficas e de história natural, mas como um quadro vivo das peculiaridades de um povo, de seus usos e costumes e de sua organização social. Boucher de la Richarderie propõe, em 1808, uma classificação e uma ordenação das narrativas de viagem para que elas possam ser uma fonte de pesquisa mais adequada e fiável. Uma de suas preocupações é com a sua classificação, até então feita em catálogos que não eram mais do que notícias, ou uma “*nomenclatura árida*” de títulos e autores dispostos em ordem alfabética, confundindo “*viagens imaginárias e em versos burlescos*” com “*relatos autênticos*”.⁴⁰ Ele critica o trabalho de Berchtold, que separa as viagens por países, mas os classifica em ordem alfabética e não geográfica, “*tornando as pesquisas de Viagens extremamente espinhosas*”.⁴¹ Boucher propõe uma antologia em forma de carta geográfica, na qual o livro reproduz o mapa-

múndi, um *"quadro itinerário dos diversos países e diversos povos"*, uma *"Biblioteca racional"*,⁴² criando uma metodologia de consulta e investigação para as viagens. Propõe, ainda, um quadro cronológico das viagens para que o leitor possa *"seguir as revoluções sucessivamente acontecidas em cada país que foi descrito pelos Viajantes"*;⁴³ trata-se de um projeto histórico-geográfico, além de servir de divulgação para os conhecimentos adquiridos por meio das viagens.

No entanto, não é qualquer conhecimento que Boucher de la Richarderie propõe para a sua antologia; ele descarta as narrativas demasiado calcadas em conhecimentos específicos da geografia, da história natural, pesquisas aprofundadas sobre antiguidades, narrações históricas que tratassem apenas de guerras, conquistas ou transações diplomáticas. O que lhe interessa são as obras que *"desenhem em grandes traços o quadro físico, moral, industrial, comercial e militar de um país"*; informações sobre a história natural que se limitem a descrever as temperaturas, o solo, a produção, *"sem discussão dogmática"*; as descrições de monumentos antigos e de ruínas; descrições históricas de países e povos desconhecidos, com seus principais eventos políticos, militares, a exposição da *"religião, dos costumes etc., dos povos que ele coloca em cena"*; obras que não contêm em seu título nem descrição nem viagem, mas que dão noções preciosas sobre povos e países.⁴⁴ Outro destaque são as descrições de grandes cidades, de modo *"a excitar o vivo interesse sobre os grandes estabelecimentos nelas formados"*; mas evitando aquelas histórias prolixas de *"cidades de uma ordem inferior, onde seus autores se entregam a pesquisas minuciosas, dando-lhes, por espírito de localidade, uma importância absolutamente nula para a maioria dos leitores"*.⁴⁵ Boucher evita como vemos a especialização e procura alcançar um público mais amplo, a mesma preocupação que terá Julian Jackson alguns anos depois. Ele privilegia as narrativas mais gerais, pitorescas, que forneçam quadros vivos das sociedades e das cidades que descrevem para uma educação da história e do espaço que promovam um conhecimento vivo, um quadro geral, menos erudito e mais observador, como desejava Varnhagen, ou a *"energia plástica"* e o *"fogo"* da descrição que sugeria von Martius.

Albert Babeau teoriza o uso da literatura de viagem como fonte para a historiografia. Há dois tipos de testemunhos para a história, diz ele, os de autenticidade indiscutível, peças de arquivos, atos judiciais, contratos de todo

tipo, que são "*precisos, exatos, mas aos quais falta movimento; eles dão os traços, mas não a cor; eles dão a conhecer os fatos e os objetos exteriores, mas não revelam nem a alma nem o pensamento*". Os segundos são "*mais animados, mais vivos, mas ao mesmo tempo mais apaixonados e consequentemente menos sinceros*", ou seja, as memórias dos contemporâneos, a correspondência, as observações dos moralistas, o teatro, o romance e as narrativas de viagem.⁴⁶ Os livros de viagem fornecem um testemunho ocular, informações que nenhum outro tipo de fonte oferece, mas devem ser consultados com precaução, pois as opiniões dos viajantes sofrem todo tipo de variação, de acordo com seu humor, estado de saúde, bom ou mal tempo etc. Apesar da parcialidade que pode haver num relato deste tipo, eles serão sempre úteis, para Babeau, pois os viajantes "*viram o que contam*", e quase sempre podem dizer "*Eu estive lá, tal coisa me sucedeu*".⁴⁷ Ele reconhece que a visão que tem um viajante do país que visita é, em geral, superficial, que se observa muito mais os monumentos do que os homens, os albergues mais do que as residências; mas um viajante inteligente "*pode compreender rapidamente os contrastes, as diferenças que apresentam os países que ele visita com aquele que ele habita*". O conhecimento se constrói, na literatura de viagem, na comparação entre o lugar de onde se conta com o lugar ao qual se conta, e também na comparação entre as obras, quando uma serve para "*retificar e completar as outras*".⁴⁸

Babeau afirma aquilo que será um truísmo na historiografia, que as impressões dos estrangeiros são "*mais vivas e mais originais do que aquelas dos próprios habitantes do país*", justamente por terem meios de comparação que faltam aos naturais. Pois Babeau parte do princípio que apenas os europeus viajam, portanto são os únicos que podem comparar um país com o outro, opinião que tinham muitos dos viajantes que visitaram o Brasil. Ou então, que ao viajarem os não-europeus não possuem repertório cultural e intelectual para fazer as comparações que a viagem proporciona. A novidade sendo uma das principais matérias da narrativa encontrava na literatura de viagem um espaço privilegiado, pois o viajante tinha um enorme repertório de informações novas para descrever nos países que ele visitava.⁴⁹ A importância destes relatos é reconstituir a "*fisionomia dos países*" visitados, o estado social e político, o aspecto geral das cidades e do campo, os sintomas de miséria e riqueza, os hábitos, costumes, e o caráter particular dos habitantes, sem negligenciar "*certas*

*particularidades, que, por serem traços excepcionais, não são testemunhos menores do estado dos espíritos e da civilização".*⁵⁰ As cidades e as belezas da natureza eram os "cenários variados, e por vezes surpreendentes, nos quais ele pode ver os homens, penetrar seus hábitos e conhecer seus costumes!".⁵¹ A cidade seduz pelos seus novos monumentos, novas ruas, praças, encantam e seduzem o estrangeiro por "uma vida fácil, uma sociedade acolhedora e polida". Cidades francesas são as que se refere Babeau, pois a imagem da cidade luso-brasileira era bastante diferente. No Brasil a natureza nada tinha de pitoresca, muito mais próxima das asperezas e rugosidades, do risco iminente à vida do sublime, tal qual definido por Burke; e em suas cidades, o ambiente era uma variação do grotesco e da desordem, ausência de polidez e civilidade, que representavam um quadro dos costumes e da organização social e política desta sociedade, totalmente oposta à sociedade atraente, sedutora e polida das cidades europeias.

Por isso receberá tão bem, o *Institut Historique* de Paris, a publicação da *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Jean-Baptiste Debret. Primeiramente pela oportunidade de demonstrar o papel da França em divulgar o gosto e a civilização pelos novos Novos Mundos, tarefa da qual se incumbira Debret e a "missão francesa" no Brasil. Depois, pela oportunidade de ter acesso a importantes documentos recolhidos pelo autor sobre "a situação física e moral deste país, que foi inicialmente saudado com o belo nome de França antártica". A maior virtude do texto, porém, é o quadro, que como "pintor fiel" ele traça do Brasil, no qual se pode ler "cada progresso da educação entre os homens da floresta virgem", onde a civilização recruta seus aliados entre "seus inimigos seculares, iniciando em suas luzes as raças primitivas, que se atiram com um ardor todo selvagem ao futuro do homem policiado [civilizado]".⁵² O quadro vivo pintado por Debret, na interpretação do arquiteto Niquet se transforma numa disputa, uma luta entre a civilização e a barbárie, onde o processo pedagógico se dá pela assimilação do indígena, tema de seu primeiro volume, mas também dos crioulos luso-brasileiros, que aprendiam com a "missão francesa" os refinamentos da arte e da comensalidade. Tema de seu segundo volume, sobre a capital brasileira, no qual se observam a agricultura, a administração, o exército, a justiça, a religião, com suas "cerimônias interessantes"; onde podemos estudar, diz o resenhista, "o homem civilizado como nós estudamos o selvagem, desde o mendigo da praça pública até o

senhor dourado da corte imperial". E por fim, com o pintor tornado historiador, assistiremos à chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa, "*enxotada da Europa pelas vitórias do império francês*". Finalmente, no volume terceiro, Debret coloca frente ao leitor, segundo Niquet, os eventos políticos que transformaram o país em um Reino, depois Império independente, com as festas que solenizaram estas passagens, mostrando os homens que as prepararam, "*em corpo e espírito*".⁵³ Vemos que para o membro do *Institut Historique*, a importância da publicação tem relação muito mais com a constituição de uma identidade francesa, europeia, do que propriamente com um conhecimento específico de uma cultura distinta. A cultura brasileira, a feição de suas cidades, o quadro de seus costumes e de sua vida cotidiana, fazem sentido na medida em que se inserem num quadro maior, dos progressos da vida europeia nos espaços exóticos.

Para Debret, o Rio de Janeiro ao tornar-se capital do Império seria o local de onde "*a civilização iria irradiar-se por todas as partes do território*". O luxo criou artífices hábeis, as ciências formaram sociedades de encorajamento, "*a arte conquistou adeptos e a tribuna, oradores*".⁵⁴ A Corte dá uma maior dignidade ao Rio de Janeiro, na visão de Debret: as residências da nobreza, nos arredores da cidade, são novas e elegantes, as ruas são estreitas, porém bem alinhadas havendo na Rua Direita e da Quitanda, casas de três ou quatro andares.⁵⁵ Se a aparência da cidade não o decepciona, isso se deve à ação civilizadora da Corte, ao Reinado de D. Pedro I, já no momento da separação com Portugal, e também pela afluência de franceses que movimentavam o comércio e os serviços da capital, como cabeleireiros, cirurgiões-dentistas, padeiros, artistas etc. Os prazeres da mesa já eram comuns, trazidos por ingleses e alemães, além dos viajantes que chegavam em grande número. Um francês seria o responsável pela introdução da farinha na cidade, fazendo progredir o negócio das padarias, favorecido pelo acréscimo do consumo "*provocado pela prodigiosa afluência de seus compatriotas comedores de pão*".⁵⁶ Assim como os gregos frente aos bárbaros, os *comedores de pão* franceses vieram trazer, na visão de Debret, as Luzes da civilização às terras incultas da América.⁵⁷ Nestas imagens encontramos o eco ainda de uma condenação à colonização portuguesa: apenas superando a condição de colônia, sobretudo de colônia de uma potência decadente,

supersticiosa, fraca e invejosa, poder-se-ia prever alguma civilização nos “trópicos”. Isso por meio de uma monarquia constitucional, pela superação dos entraves da escravidão, tema para o qual não havia nem consenso nem uma ideia clara por parte destes “reformadores”, uma presença estrangeira civilizatória, seja por meio das relações comerciais, como preferem os ingleses, seja por meio de missões culturais, como desejavam os franceses; além da superação de uma religiosidade marcada pela superstição e pelo anacronismo de formas religiosas de aparência, que não compreendem a substância espiritual da religião, o que impedia a existência de uma verdadeira civilização, sobretudo em meio a indígenas e africanos semi-selvagens.⁵⁸

Por isso a fortuna crítica de Debret, ao menos entre os fundadores da nação do Instituto Histórico brasileiro, será um pouco diferente. No parecer que elaboram sobre a sua obra para a *Revista do Instituto Histórico*, os sócios Bento da Silva Lisboa e J.D. de Attaide Moncorvo, não fazem reparos ao primeiro volume, que trata do processo de civilização do índio, cujas descrições estariam de acordo com as do príncipe Maximiano de Wied-Neuwied. Já com relação ao segundo volume, reprovam a afirmação de que a civilização se encontrava estacionária no Brasil até a chegada de D. João. Aceitam que tenha tido um impulso depois disso, mas era um fato inegável que ela progredia, “apesar do sistema colonial”. Também lhe reprovam a lisonja a Duguay-Trouin, parcial ao orgulho francês e inexata, pois confunde as datas de seu ataque ao Rio de Janeiro, além de outras incorreções históricas. Suas estampas não escapam à atenção dos resenhistas, observando traço característico da obra de Debret, a tensão entre texto e imagens, que por vezes aparentemente se negam. Sobretudo três delas, que “se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura”.⁵⁹ São conhecidas as imagens: do funcionário público saindo em passeio com sua família, do mercado de escravos do Valongo e o do castigo ao negro escravo pelo feitor, imagens que para os membros do Instituto não condiziam com o grau de civilidade que o país já havia alcançado ao tempo da viagem de Debret. Destacam ainda o perigo “de tirar de casos particulares proposições gerais”,⁶⁰ bem como a impossibilidade do autor poder compreender as mudanças que se operavam no Brasil desde a sua volta à França. Uma crítica mordaz e perspicaz,

ainda que interessada, uma vez que a generalização das particularidades é uma das características do gênero, que será utilizado e elogiado sempre quando refletir a imagem desejada por esta historiografia construtora da nacionalidade, muito mais apologética do que crítica.

As narrativas de viagem dos europeus constituíram, assim, um meio importante de integrar o território e a sociedade brasileiras num quadro de conhecimento histórico e científico, constituindo também um instrumento para a construção da identidade da nação brasileira. Imagem que era aceita ou recusada de acordo com o retrato que pintava de nossa sociedade, e de quão útil ele era para a construção desta identidade. Sússekind lembra que o interlocutor brasileiro do viajante não era exatamente ingênuo, como a crítica a Debret nos mostra bem; eles os liam de forma interessada, buscando "*material para descrever e definir via literatura de ficção [e via história, acrescento] uma 'paisagem brasileira'*".⁶¹ O que tento demonstrar aqui é o caráter identitário presente nestes relatos, importantes também para a formação de uma auto-imagem de britânicos e franceses, que encontraram na América luso-brasileira um espelho conveniente para a construção de sua própria identidade. Gadenne afirma que havia ainda um interesse político em muitas das descrições de viajantes franceses sobre o Brasil, onde descrevê-lo "*em atraso equivale a valorizar e justificar uma intervenção francesa*";⁶² a autora ressalta a dimensão política destes textos, cujos comentários sobre o atraso cultural brasileiro funcionariam como um "meio de propaganda", no qual a França apareceria como uma potência que poderia trazer a tão desejada civilização, justificando a "intervenção da nação mais avançada, mais moderna e mais capaz econômica e culturalmente".⁶³

Hancock destacou este caráter identitário da literatura de viagem de uma forma diferente. Para ela, as descrições sobre as cidades de Londres e Paris feitas respectivamente por franceses e britânicos se inscrevem "*num processo de descrição do Outro e do alhures que as nações europeias escolheram como modo privilegiado de desenvolvimento de identidades nacionais*".⁶⁴ As cidades-capitais funcionam aqui como alegorias, metáforas da nação, elas constituem "*o suporte material, visível, de civilizações que se procura opor termo a termo*".⁶⁵ Cada cidade é investida das características nacionais, mas o fato significativo é que estas características são dispostas em forma de comparação, construindo uma imagem da cidade

descrita e, por oposição, da cidade que está oculta no discurso, mas não menos identificável: Londres para os britânicos, Paris para os franceses. Assim, os franceses vêem dificuldades para orientar-se em Londres, cuja heterogeneidade torna a cidade pouco "*legível*", sem "*limites claros*"; para eles, Londres não é verdadeiramente uma cidade, sendo mais, como diz Malot, "*uma aglomeração de casas e edifícios*".⁶⁶ Já para os britânicos, como Frances Trollope, Paris se caracteriza pela "*justaposição dos extremos e a mistura dos contrários*"; apesar, ou talvez por causa, de seu gosto pela aparência da decoração, toleram "*uma sujeira repugnante nos locais públicos, ruas, pátios ou vãos de escadas*". Além disso, chama a atenção a deficiência da "*polícia urbana*" e a ausência de um sistema de esgotos, a mistura de classes nas ruas e nos edifícios residenciais. No interior das casas, apesar da decoração e do luxo muito superiores aos ingleses, falta-lhes o "*verdadeiro conforto doméstico*", a água corrente. Uma oposição se constrói, na qual os franceses são o povo "*do exterior e da aparência*", enquanto os ingleses são o "*povo doméstico e consciente das virtudes da home*"; franceses são vistos, assim, "*como primitivos*", por realizar a maior parte de suas atividades nos espaços exteriores.⁶⁷ A sujeira das ruas de Paris é um dos traços mais destacados nas narrativas e guias de viagem, e expõe uma das "*piores insinuações da época*", que as cidades luso-brasileiras conheciam bem: de que "*não se trata de uma cidade moderna. Uma viagem a Paris, para um inglês, é uma viagem no tempo, um retorno a um sombrio passado urbano*".⁶⁸

Hancock nega a obrigatoriedade de que o olhar do estrangeiro seja mais acurado para perceber as peculiaridades das cidades visitadas, o que também defendo. Para esta autora, a irritação francesa com Londres, por exemplo, diz respeito a uma paisagem urbana que "*os viajantes não sabem decifrar, porque as diferenciações que lhes são familiares na França estão ausentes*".⁶⁹ O viajante viaja ao estrangeiro de dentro de sua própria cidade, da qual não consegue se separar, o que faz com que a cidade visitada se torne ininteligível para ele. Assim, seu primeiro impulso é denunciar como "*estranha [étranger] a linguagem arquitetural da cidade que eles têm sob os olhos, de ver na forma uma traição do conteúdo, uma indeterminação repleta de equívocos*". Em seguida, tentam decifrar estes "*espaços codificados*", utilizando a "*sua cultura política e a sua disposição moral*". "*Tal espaço privado não é isolado como seria conosco, tal espaço público não é utilizado como seria*

*conveniente, o que denota de forma indubitável a inferioridade da população que nós observamos”.*⁷⁰

Processo análogo acontece na apreciação e descrição das cidades luso-brasileiras, onde o primeiro impulso é de negar a sua substância urbana, seja pelo maravilhamento da natureza, no Rio de Janeiro ou em Salvador, seja na caracterização como um cenário teatral, uma rede de aparências e ilusões que escondem a barbárie, a ociosidade e a degradação. Num segundo momento, a tentativa de apreensão da cidade que leva a construir pela oposição, um quadro da sua própria cidade, ou mais precisamente, da sua própria civilização: os vícios observados na cidade visitada correspondem às virtudes da cidade que representa a própria identidade. Isso depende da crença de que a forma de construir uma cidade tem uma influência na “*formação de um caráter particular*” de determinado povo. A cidade da qual trata Hancock, as capitais europeias do século XIX, apresentam uma nova linguagem que contribui para a sua incompreensão: elas pela primeira vez, segundo a autora, falam uma linguagem que não é mais compreendida universalmente; perdem suas referências comuns à Antiguidade ou ao urbanismo da Renascença, elas “*se descobrem ininteligíveis uma à outra, escritas segundo uma gramática vernacular demasiado diferente da linguagem culta que deveria lhes unir*”.⁷¹ A cidade luso-brasileira, cuja aparência arquitetônica é o mais das vezes de completa vernaculidade na visão do viajante estrangeiro, acrescenta à paisagem da desordem a movimentação de corpos igualmente indefiníveis, indecifráveis e afundados na barbárie. A indefinição que o conde de Suzannet, entre outros viajantes, via nas faces indistintas do negro, diz um pouco da forma como os europeus também enxergam as multidões em suas cidades, cujos corpos revelam os “*traços de caracteres morais*”, testemunhos “*da violência, da feiúra e da periculosidade atribuídas ao físico popular. As classes laboriosas são as classes perigosas*”.⁷² A relação entre estas imagens da turba e do selvagem, ou do homem colonial, são estreitas: passamos “*de uma observação etnográfica do homem distante a uma inspeção filantrópica do homem próximo*”.⁷³

Pois dizer o outro é também fazer uma inversão; dizer “*o outro é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, a e b, e que a não é b*”. Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição, diz Hartog, “*a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio*”. Não há mais “*a e b, mas*

simplesmente a e o inverso de a".⁷⁴ Este espelho se constrói dentro e fora da própria cidade, uma vez que os bairros pobres são definidos como terra estrangeira, "*terra incognita*", espaços igualmente indefiníveis; eles são "*o 'alhores', e as descrições que lhe são feitas, quer se trate de seus edifícios ou de seus habitantes, retomam certas expressões utilizadas para descrever os países estrangeiros*".⁷⁵ A construção desta identidade nacional define a sua alteridade dentro e fora de suas fronteiras; ela marca as diferenças, ela fala de si por meio da descrição do outro, um outro que pode estar em algum dos lados da Mancha, do Atlântico, do Sena ou do Tâmesa. Assim, o medo das classes perigosas na Europa, de sua falta de instrução e cultura, sua anarquia, suas reações convulsivas, se transpõe para a América, e estes julgamentos "*se aplicam à população de cor que forma as classes perigosas*".⁷⁶ É frequente nos viajantes a identificação dos negros, escravos, mulatos, indígenas, com a ociosidade, com a violência gratuita e com a constante ameaça de sedição destas "*raças perigosas*". São uma advertência aos civilizados das ameaças constantes dos bárbaros, sejam eles operários londrinos, parisienses, escravos africanos no Rio de Janeiro, ou mamelucos de São Paulo.

Por isso não chega a espantar a proximidade das descrições dos subúrbios de Londres e Paris com as descrições das cidades luso-brasileiras. Como vimos com Hancock, Paris podia ser vista como uma cidade arcaica, anacrônica, e Londres como uma cidade indefinível. Engels, num texto célebre de 1845, que não deixa de ser ele também uma narrativa de viagem, faz uma viva descrição dos bairros de "*má reputação*" das grandes cidades britânicas, onde vivia a maior parte dos operários. Nestes bairros, as ruas

não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e mal cheirosos. Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários.⁷⁷

O mais repugnante dos bairros operários londrinos é St. Giles, o "*Ninho dos Corvos*" (*Rookery*). Nele, o mercado está instalado nas ruas, com alimentos de péssima qualidade e exalando um cheiro repugnante. As casas são "*tão sujas no interior como no exterior e têm um tal aspecto que ninguém aí desejaria habitar*".

Entretanto, não são nada comparadas com os alojamentos dos pátios e vielas transversais,

onde a sujidade e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são feitas de pranchas velhas pregadas juntas; aqui, mesmo neste bairro de ladrões, as portas são inúteis porque não há nada para roubar.

Em Manchester, a situação não será melhor, com uma “arquitetura caótica”; no bairro operário, quando se deixa a rua principal, Long Millgate, as ruas, vielas e becos deixam o viajante desorientado. “*Há montes de escombros, de detritos e de imundícies por todo o lado; em vez de valetas, charcos de água estagnada e um cheiro, que por si só, impediria qualquer homem, por menos civilizado que fosse, de habitar em tal bairro*”.⁷⁸

A semelhança com as descrições das cidades luso-brasileiras é imensa, e mesmo Engels utiliza-se também de imagens bíblicas para destacar a intensa alteridade destes espaços que, apesar de urbanos, não são para ele humanos. O Levítico determina que uma casa que apresente em suas paredes cavidades esverdeadas ou avermelhadas, causadas pelo bolor, deve ser fechada pelo sacerdote por sete dias, porque se apresenta com lepra e está impura. O sacerdote deve voltar ao sétimo dia e se, “*após exame, contatar que a enfermidade se desenvolveu nas paredes da casa, ordenará que se retirem as pedras atacadas pela enfermidade e que sejam atiradas fora da cidade, em lugar impuro*”. No caso de que a “*doença*” não se cure, de que haja lepra contagiosa na casa, ela “*será demolida e serão transportados para um lugar impuro, fora da cidade, as suas pedras, suas madeiras e todo o seu reboco*”.⁷⁹ Nas Escrituras, o espacial também reflete o estado moral, o estado de pureza do povo de Israel. Uma casa com lepra, uma cidade impura, representam igualmente uma sociedade impura e leprosa no coração e na alma; uma cidade suja, imoral, viciada, reflete a interioridade de seu povo.

A diferença de Engels para um Freycinet, navegador francês que visita o Brasil em 1817, por exemplo, não deixa de ser significativa: enquanto o primeiro vê neste caos a ausência de civilização causada pela exploração capitalista e a deterioração das condições de vida da classe operária, o navegador francês vê um “vício de construção” causado por uma origem portuguesa espúria. As casas da América portuguesa são, em sua opinião,

inadequadas ao clima, ordinariamente construídas em apenas um pavimento, no máximo dois, com um grande salão dando para a rua e pequenas alcovas e corredores mal arejados, as casas do Rio de Janeiro impeliam seus moradores ao vício. Mais do que isso, haveria um “vício de construção” que construiria as casas – e cidades – de maneira irregular e inadequada, cujas causas seriam, para Freycinet, os modos e hábitos dos cidadãos, “*que, passando a maior parte de sua vida a dormir, a passear, a olhar pela janela e a receber de vez em quando seus amigos, só têm, de fato, necessidade de seu salão e de sua alcova*”; e o segundo motivo, mais técnico, seria o preço alto dos terrenos na cidade, obrigando a se construir o máximo no menor espaço possível, dando-lhes apenas a largura estritamente necessária para que entrasse um mínimo de luz.⁸⁰ Mais do que a escolha de normas construtivas inadequadas, haveria uma inadequação dos homens que construíam estas cidades da América portuguesa, já que os proprietários dirigiam os operários “*à sua maneira*”, daí derivando “*as inúmeras irregularidades que enfeiam os edifícios*”.⁸¹ É interessante como Freycinet nos dá uma explicação técnica para a forma de construção das casas na cidade, que ele próprio recusa ao formular a sua teoria: embora houvesse falta de espaço e especulação imobiliária, usual numa cidade tornada sede de um império ultramarino e porto internacional, ainda assim, o que o autor destaca em sua explicação é o *vício de construção*, o *mal de origem* da colonização portuguesa.

Essa população à margem, vivendo numa cidade dentro da cidade, bárbaros nos limites da civilização, transformava-se nas classes perigosas nos momentos em que “*manifestava seu descontentamento em violentas manifestações de rua*”.⁸² Uma pobreza causada, ao contrário de ser resultado de condições econômicas, como dizia Engels, pela vadiagem, pela preguiça e sobretudo pela “*degradação moral, em outras palavras, ao relaxamento da disciplina e à corrupção dos costumes*”.⁸³ Forma-se a imagem do selvagem ocioso, vivendo das benesses da natureza sem a necessidade do desgaste do trabalho ou da força da imaginação que produz riqueza, e do brasileiro ocioso vivendo no Paraíso natural americano. Para Debret, o brasileiro, sobretudo o jovem e rico, era um “*filho mimado da natureza*”.⁸⁴ Para Saint-Hilaire, os brasileiros de Minas tinham sido “*felizmente dotados pela Providência*”, faltando-lhes apenas boas instituições.⁸⁵ O luso-brasileiro, herdeiro semi-civilizado deste “*selvagem*”, é uma das fontes

principais, juntamente com as Escrituras, deste selvagem das grandes cidades europeias. "Bárbara e selvagem constitui a condição das *classes pobres e viciosas*".⁸⁶

As cidades europeias neste século XIX foram laboratórios de observação do funcionamento da sociedade, na qual se podiam fazer expedições exploratórias como às ilhas do Pacífico ou às selvas brasileiras. Esta cidade se torna

um observatório extenso, mas com limites delineados. A atividade exploratória se concentra, com certeza, no levantamento do modo de vida dos homens pobres trabalhadores ou vagabundos, considerados equivalentes aos povos selvagens, e seus bairros definidos como terra incógnita.⁸⁷

Os observadores do urbano, políticos, médicos, reformadores, assumem, assim, a "postura de exploradores de culturas estrangeiras".⁸⁸ Para isso necessitavam de um olhar atento, "um olhar armado para analisar o que vê, decompor e refazer a ordenação das partes constitutivas daquilo que, para o olhar desarmado, permanece em sua unidade acabada".⁸⁹ Este olhar atento vai tratar da cidade como objeto de intervenção política, bem como de fruição estética, com novas maneiras de representar os espaços urbanos, como os panoramas. Inicia-se a formação de um "padrão de leitura da 'categoria cidade'"; institui-se "um observador da cidade, e se adentra o olho, até então não disciplinado para este objeto específico".⁹⁰ Esta forma de ver e representar a cidade terá na literatura de viagem uma representação ao mesmo tempo estética e política, pois o texto do viajante deseja tanto representá-la como propor projetos de intervenção e reforma.

As similitudes entre as descrições das cidades luso-brasileiras e dos distritos operários das capitais europeias são tão surpreendentes quanto o fato de não terem sido notadas pela historiografia, que assumiu a sua absoluta heterogeneidade tal qual descrita na literatura de viagem. Uma das exceções é Belluzzo, que recorda que além da sujeira das cidades luso-brasileiras, destacadas pelos viajantes, "a insalubridade das cidades europeias é também alvo de críticas no século XIX". A diferença é que nas cidades do Brasil, a "população negra coberta de lama depois das chuvas provoca o sentimento de repulsa dos ingleses e colabora para a imagem de 'imundície' e 'insalubridade' da cidade".⁹¹ Não estou afirmando que as cidades fossem iguais, o que implicaria uma visão contrária, de absoluta homogeneidade; as cidades diferiam muito dentro de um mesmo país, e ainda

possuíam muitas vezes territórios heterogêneos dentro de seus próprios limites. No entanto, as descrições que viajantes franceses e britânicos fazem de nossas cidades constroem uma imagem de alteridade a partir de descrições que bem poderiam caber às cidades industriais inglesas, ou às ruas buliçosas, cheias de vida e pobreza da Paris do século XVIII, como descritas por Arlette Farge.⁹² Parte desta similitude se deve a terem servido as cidades exóticas como um modelo para a interpretação das cidades europeias, sobretudo daquelas regiões habitadas pelos novos bárbaros que a assaltam.

A cidade "*precisa dos bárbaros para ser cidade, para ser civilização*".⁹³ A barbárie que viajantes identificam nas cidades luso-brasileiras serve de "*memória da biblioteca*", na feliz expressão de Montalbetti, das coisas lidas pelo viajante que são parte da montagem de sua narrativa, citadas ou não, na composição de um saber sobre a cidade europeia em dois sentidos: primeiramente, ela serve para identificar dentro dos espaços da cidade civilizada os seus bárbaros, os "modernos Godos" que Lindley identifica na Bahia. Por meio da analogia, estes autores, sobretudo os do século XIX, com maior sensibilidade à paisagem da cidade, advertem: este *a* que descrevo, a cidade inundada de negros e ociosidade, é aqui o que é o *b* na Europa, os subúrbios infectos de S. Giles em Londres, ou a promiscuidade de classes das ruas de Paris. E ainda num outro sentido, quando ao descrever as cidades do Novo Mundo como espaços da barbárie, construções da desordem, estes viajantes arquitetam a própria alteridade por meio da inversão: este *a* que descrevo, a cidade luso-brasileira, é diferente, é oposto ao *b* do qual venho, a cidade polida da Europa herdeira das Luzes, e não aquela Europa bastarda, papista, supersticiosa, banhada pelas águas do Mediterrâneo. "*Os outros lugares são espelhos em negativo*".⁹⁴ A alteridade aqui se constrói entre o europeu e o americano, mas também entre o europeu do norte e o europeu do sul, o italiano, o espanhol e o português, as nações abastardadas do continente, e num nível mais local ainda, entre o britânico ou francês aristocrático ou burguês e seus compatriotas operários, pobres e vagabundos.

É claro que esta cidade luso-brasileira tem a sua especificidade, que não passou despercebida a nenhum viajante: a mestiçagem, o encontro de "raças" que, muito mais do que a escravidão identificava estas cidades e sua civilização.

É preciso notar que von Martius, ao propor sua metodologia de uma escrita da história para o Brasil, chama a atenção não para o trabalho escravo mas para a mestiçagem. Podemos imaginar, que obviamente, von Martius não desejava ferir suscetibilidades de seus companheiros do Instituto Histórico, e seu texto é claramente cauteloso quanto a isso, mas de toda forma, vários outros países eram igualmente escravocratas; o que diferenciava o Brasil na visão destes viajantes era a mistura destas “raças” formando uma nova classe de homens, quase sempre degenerados, ou demasiado orgulhosos. Assim, os procedimentos para a compreensão da cidade, tanto europeia quanto americana, são similares, mas a percepção destas cidades se dá de formas diferentes.

Assim, não quero dizer que a memória da biblioteca que informa as descrições destes viajantes, seja ela a de outros viajantes lidos antes da viagem, ou a memória urbana, das cidades europeias que também vem na bagagem dos viajantes, seja o único dado do qual dispunham para a sua narrativa. Esta memória não é uma simples cópia que um autor faz do trabalho de um outro, ainda que isso eventualmente possa acontecer. Ela significa que a experiência vivida, a experiência do mundo tangível, é “filtrada” por outras experiências, de leitura, de teorias prévias, de experiências sensoriais de outras cidades visitadas. É a fixação de determinadas imagens conceituais que passam de um texto ao outro, mediadas pela experiência, dinamizadas pelo confronto entre o texto lido nos livros e o texto lido nas pedras da cidade. Não estar atento a isso, nem reconhecer os limites do gênero viático, faz com que muitas vezes a narrativa de viagem torne-se um índice de veracidade, onde a individualidade deste ou daquele autor oferece uma autoridade, e suas citações se tornam “*um mero substituto para qualquer indagação ou até mesmo uma das maneiras mais eficazes de evitá-la*”. Dessa forma, afirma Rouanet, “*enuncia-se uma verdade que será devidamente comprovada, logo, assumida enquanto tal, graças ao respaldo fornecido por uma autoridade inquestionável*”.⁹⁵ Se Rouanet trata aqui da historiografia da literatura, com relação a Ferdinand Denis, no que diz respeito à historiografia da cidade encontramos muitas vezes esta mesma postura.

Um historiador que trate da cidade a partir dos olhos e da pena dos viajantes, tem que lidar com os encantos sirênicos do texto viático e os seus apelos de confundir a cidade com o discurso que a descreve. Ainda que exista,

como lembra o Marco Polo de Calvino, uma ligação entre eles, ainda que a descrição traga dentro dela uma sincera relação com a experiência vivida, ainda que a pena se proponha a ser fiel ao olhar, ainda assim, o discurso não é a cidade, o discurso não reconstrói a cidade, ele edifica uma nova cidade, cujos alicerces estão fincados na memória, na biblioteca e na teoria. Calvino lembra a *"cidade implícita"* que se esconde na descrição de qualquer cidade: se ele fala de Olívia, "cidade rica de mercadorias e de lucros", a linguagem só pode descrevê-la se falar *"dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bíficos; uma girândola d'água num pátio protegido por uma grade rega o gramado em que um pavão branco abre a cauda em leque"*. Esta é a descrição necessária para representar a riqueza de Olívia, a imagem adequada para compreendê-la em sua grandeza. *"Mas a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros"*. Tudo isso fala de Olívia, a que se deixa descrever e a que se oculta ao discurso, já que lembra Calvino, *"A mentira não está no discurso, mas nas coisas"*.⁹⁶

O encontro do viajante com a cidade que ele desconhece não o coloca apenas frente à diferença extrema, à completa alteridade, ele se confronta também com as suas próprias imagens conceituais sobre o urbano. *"Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos"*.⁹⁷ De que cidade fala o viajante quando descreve o Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? De que cidade fala o historiador quando comenta a descrição que faz o viajante do Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? Qual é a relação entre a cidade que é descrita e a descrição desta cidade? Seguramente ela é tão estreita quanto problemática; a descrição fala da cidade vista mas também da cidade imaginada, das diversas cidades percorridas tanto pelos pés como pelo pensamento. As representações da cidade na literatura viática são, portanto, *"formas de ver que são também formas de pensar; elas se situam na articulação entre as imagens, baseadas nas composições físicas, concretas da paisagem urbana, e as concepções, ideias mais gerais e globalizantes ligadas aos valores da sociedade"*.⁹⁸ De que cidade fala Marco Polo a Kublai Khan? *"Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de*

Veneza".⁹⁹ De que fala, afinal, o viajante? De si mesmo ou do outro? A viagem fala da cidade, mas não apenas da cidade que vê e que descreve, a viagem teoriza a cidade, pensa, reflete; ela espelha devolvendo imagens invertidas, distorcidas, que falam mais da cidade do que supostas "fotografias" que nos devolvessem uma imagem estática, hierática. Ela reflete a cidade de forma dinâmica, viva, com movimento, sobretudo naquilo que mascara, esconde, tergiversa; a cidade está ali, ainda que nem sempre no mapa que nos é oferecido.

FONTES MANUSCRITAS

Paris: Muséum National d'Histoire Naturelle – MNHN – Salle de Vélins – Ms. 2673. Correspondance d'Auguste de Saint-Hilaire. Lettre 14, 1816.

FONTES IMPRESSAS

BABEAU, Albert. *Les voyageurs en France Depuis la Renaissance Jusqu'à la Révolution*. Paris: Firmin Didot, 1885.

BARBOSA, Cônego Januário da Cunha. *Do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. 1: 141-143, 2. ed., 1856.

BERCHTOLD, Leopold. *Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers; with further observations on the Means of preserving the Life, Health, & Property of the unexperienced in their Journals by Land and Seas, a series of Questions, interesting to Society & Humanity, Necessary to be proposed for Solution to Men of all ranks & Employements, & of all Nations and Governments comprising the most serious points relative to the Objects of all Travels. To which is Annexed a List of English and foreign works, intended for the Instruction and Benefit of Travellers, & a Catalogue of the most interesting European Travels, which have been published in different Languages from the earliest Times, down to September, 8th. 1787*. London: Printed by the Author, 1789. 2 vv.

Bíblia de Jerusalém. Trad. port. Gustavo da Silva Gorgulho et. al. São Paulo: Paulus, 2004.

BOUCHER DE LA RICHARDERIE, G. *Bibliothèque Universelle des Voyages, ou Notice complète et raisonnée de toutes les Voyages anciens et modernes dans les différentes parties du monde, publiés tant en langue française qu'en langues étrangères, classés par ordre de pays dans leur série chronologique; avec des extraits plus ou moins rapides des Voyages les plus estimés de chaque pays, et*

des jugemens motivés sur les Relations anciennes qui ont le plus de célébrité. Paris, Strasbourg: Treutel & Würtz, 1808. 6 vv.

BURKE, Edmund. *A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the Sublime and Beautiful.* Ed. by James T. Boulton. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1990.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, Époques de l'Avènement et de l'Abdication de S.M.D. Pedro 1er., Fondateur de l'Empire Brésilien.* Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. 3 vv.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.* Trad. port. Anália C. Torres. Porto: Afrontamento, 1975.

FREYCINET, Louis. *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l'Oranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820.* Paris: Pillet Aîné, 1825. Historique.

JACKSON, Colonel J.R. *On Picturesque Description in Books of Travels. The Journal of the Royal Geographical Society.* London: John Murray, 5: 381-387, 1835.

LINDLEY, Thomas. *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c.* London: J. Johnson, 1805.

LISBOA, Bento da Silva, MONCORVO, J.D. de Attaide. *Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, inclusivement. Par J.B. Debret.* Revista Trimestral de História e Geographia. Rio de Janeiro, 9: 93-99, abr./1841.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Como se deve escrever a história do Brasil.* Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de T.P. da Costa, VI(24): 289-411, jan., 1845.

NIQUET, Stéphane. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 ou Séjour d'Un Artiste Français au Brésil, Pendant les Quinze Premières Années de sa Régénération Politique; par J.-B. Debret.* Journal de l'Institut Historique. Paris: P. Baudouin, 1(1): 53-54, 1834.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brazil.* Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico

Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia de D.L. dos Santos, 10(III): 149-157, jul., 1841. Reimpressão 1860.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Secção ethnographica e narrativa da viagem. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 19(t. VI da 3ª série): 67-73, 1856.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyages dans l'intérieur du Brésil. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. 2 vv.

_____. *Voyages dans l'intérieur du Brésil. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine*. Paris: Arthus Bertrand, 1851. 2 vv.

SPIX, Johan Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820. Trad. port. Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães*. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. 3 vv.

SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de. *Le Brésil en 1844. Souvenirs de Voyages. Les Provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*. Paris: G.-A. Dentu, 1846.

TOLLENARE, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil*. Éd. et commentaires Léon Bourdon. Paris: Presses Universitaires de France, Fondation Calouste Gulbenkian, 1971-1973. 3 vv.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 10 ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 5 tt. Em 3 vv.

NOTAS

* Amílcar Torrão Filho é doutor em História e Professor do Departamento de História da PUC/SP. E-mail: amilcartorao@uol.com.br

¹ Este artigo é resultado de pesquisas realizadas para a tese de doutorado intitulada *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*, defendida em 2008 no Departamento de História da Unicamp, que contou com apoio financeiro do CNPq, no âmbito de Projeto Temático Fapesp "Saberes Eruditos e Técnicos na Configuração e Reconfiguração do Espaço Urbano – Estado de São Paulo, Séculos XIX e XX". Esta tese foi publicada em 2010 pela editora Hucitec e Fapesp, tendo recebido menção honrosa no Primeiro Prêmio ANPARQ 2010, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, atribuído em novembro de 2010.

² CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59.

- ³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História e Natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para Construir a Nação*. História, Ciência e Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro 7 (2), 2000, p 5-6.
- ⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1-5:27, 1988, p. 16.
- ⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de T.P. da Costa VI(24): 289-411, jan. 1845, p. 382) Sobre a influência deste texto nos intérpretes do Brasil, Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano. (as cidades no século XIX)* Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH 5(8/9): 35/68, set-abr, 1984-1985; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da Ciência e a sedução da Objetividade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 121 e ss.; e NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UnB, 2004, p. 120 e seguintes.
- ⁶ MARTIUS, *op. cit.* 1845, p. 382.
- ⁷ SPIX, Johan Baptist von, & MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia Furquim Lameyer. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, v. 1: 41-42.
- ⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième Partie. Voyages dans le Provinces de Saint-Paul et Saint-Catherine. Paris: Arthur Bertrand. 1851, v. 1: 153
- ⁹ MARTIUS, *op. cit.* 1845, p. 382.
- ¹⁰ *Idem*, p. 384.
- ¹¹ *Idem*, p. 399-400.
- ¹² *Idem*, p. 400.
- ¹³ *Idem, Ibid.*
- ¹⁴ *Idem*, p. 401.
- ¹⁵ *Idem*, p. 394.
- ¹⁶ JACKSON, Colonel J.R. *On Picturesque Description in Books of Travel. The Journal of the Royal Geographical Society*. London, John Murray, 5: 1835, p. 382.
- ¹⁷ *Idem*, p. 383.
- ¹⁸ *Idem*, p. 384.
- ¹⁹ BURKE, Edmund. *A philosophical inquiry into the origin of ours ideas of the Sublime and Beatiful..* Oxford, UK, 1990, p.163.
- ²⁰ LISBOA, Karen M. *A Nova Atlântida de Pix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 181.
- ²¹ TOLLENARE, Louis-François. *Notes Dominicales prises pendant un Voyage. Les Provinces du Caucase. L'Empire du Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France: Fondation Calouste Gulbenkian. 1973, v. 3, p. 750-751.
- ²² *Idem*, 1972, v. 2, p. 369.
- ²³ *idem*, 1972, v. 2, p. 409.
- ²⁴ *Bíblia de Jerusalém*, Provérbios, 26, 16.
- ²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 116-117.

- ²⁶ SUZANNET, L. De Chavagnes. *Le Brésil en 1844. Souvenirs de Voyages. Les Provinces du Caucase. L'Empire du Brésil*. Paris: G-A Dentu, 1846, p. 201.
- ²⁷ COURTINE, Jean-Jacques. & HAROCHE, Claudine. *Histoire du Visage*. Paris, Payot, Rivages, 1988, p. 48.
- ²⁸ Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris), Ms. 2673, Lettre 14.
- ²⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 627.
- ³⁰ CEZAR, Temistócles. *Varnhagen e os relatos de Viagem do Século XVI: ensaio de recepção historiográfica. Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 45.
- ³¹ *Idem*, p. 51.
- ³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 10ed. São Paulo: Edusp, 1981, v. 3, t. V, p. 216.
- ³³ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 186.
- ³⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz. *Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In _____. (Org). *Estudos Sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro, 7 Letras. 2006, p. 72.
- ³⁵ DEPETRIS, Carolina. *La escritura de los Viajes*. Universidad Nacional Autónoma de México, 2007, p. 8.
- ³⁶ Manuel de Araújo Porto-Alegre publica na revista uma série de instruções etnográficas para viagens científicas organizadas pelo Instituto. Seção ethnographica e narrativa da viagem (1856). Em 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa também publica uma Lembrança, republicada em 1856, intitulada: Do que devem procurar nas províncias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro (1856). PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativo a História e Geographia do Brasil*. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D.L dos Santos. 10 (III), jul. 1841, p. 150.
- ³⁷ FERREIRA, Lúcio Menezes. *Ciência Nômade: O IHGB e as viagens no Brasil Imperial*. 13(2) abril/junho. 2006, p. 288. Cf. GUIMARÃES, *op. cit.* 1988, p. 19.
- ³⁸ GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar. *Los Viajeros de la Ilustration*. Madrid: Alianza, 1974, p. 14.
- ³⁹ ALCINA FRANCH, José. *El descubrimiento científico de América*. Barcelona: Anthropos, 1988, p. 168.
- ⁴⁰ BOUCHER DE LA RICHARDERIE, *Biblioteque Universale des Voyages*. Paris: Strasboug: Treutel & Würtz, 1808, v. 1, p. viii-ix.
- ⁴¹ Para o conde Berchtold a viagem tem como função educar o homem para aumentar a felicidade da espécie e de sua nação. O viajante filosófico deve olhar para a sua pátria, diz Berchtold, "como um amigo doente, para cujo socorro ele pede conselho a todo o mundo" (1789, v. 1: 85). Seu método impossível de ser seguido, devido à quantidade absurda de questões, já havia sido criticado por Volney em seu *Questions de statistique à l'usage des voyageurs*, publicado pela primeira vez em 1795 no Magasin *Encyclopédique*. Cf. TORRÃO FILHO, Amílcar. A

Arquitetura da Alteridade. A Cidade Luso-Brasileira na Literatura de Viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec (Fapesp), 2010, p. 172 e ss.

⁴² BOUCHER DE LA RICHARDERIE, *op. cit.*, 1808, v. 1, p. ix-x.

⁴³ *Idem*, p. xiii-xiv.

⁴⁴ *Idem*, p. xvi-xvii.

⁴⁵ *Idem*, p. xviii.

⁴⁶ BABEAU, Albert. *Les Voyageurs en France Depuis la Renaissance Jusqu'à la Révolution*. Paris: Firmin Didot, 1885, p. 1.

⁴⁷ *Idem*, p. 2-3.

⁴⁸ *Idem, Ibid.*

⁴⁹ *Idem, Ibid.* Cf. também MILLS, Sara. *Discourses of Difference*. New York: Routledge, 1993, p. 114. "É paradoxal que, ao mesmo tempo em que certos textos são acusados de falsificarem a realidade, há uma tendência contrária que pressupõe que estes textos estão, em certo sentido, dizendo a 'verdade' sobre as nações descritas simplesmente porque eles foram escritos por ocidentais".

⁵⁰ BABEAU, *op. cit.* 1885, p. 5-6.

⁵¹ *Idem*, p. 25.

⁵² NIQUET, Stéphane. *Voyages Pittoresque et Historique au Brésil*. *Journal de L'Institut Historique*. Paris, P:Baudou, 1 (1). 1834, p. 53.

⁵³ *Idem*, p. 54.

⁵⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839, v. 2, p. II.

⁵⁵ *Idem*, p. 3.

⁵⁶ Destaque meu. Cf. também p. 52. "O Reinado de D. Pedro I viu pois, graças à França brilharem a elegância das hábitos de Corte, a magnificência dos uniformes militares, os penteados dos pelintras [petit-mâitres] parisienses e das damas do palácio". DEBRET, *op. cit.* 1834-1839, v. 2, p. 41.

⁵⁷ Hartog recorda que entre os gregos antigos, o mundo onde não se come pão é o mundo dos lotófagos, comedores de lótus, "um mundo sem sociabilidade verdadeira, é imóvel. Ele é sem passado e sem memória: é um mundo do esquecimento, que não é habitado por nenhum aedo itinerante (...): o lótus é uma flor do esquecimento e a droga de Circe, um pharmakon, que apaga a lembrança da pátria". HARTOG, François. *Mémoire d'Ulysse*. Paris: Gallimard., 1996, p. 37.

⁵⁸ TORRÃO FILHO, Amilcar. *Cidade Aberta, Sem Muralhas: a religião luso-brasileira na literatura de viagem (séculos XVIII e XIX) História*. São Paulo: Unesp, 29, 2010.

⁵⁹ LISBOA & MONCORVO, *op. cit.* 1841, p. 98.

⁶⁰ *Idem*, p. 99.

⁶¹ SÜSSEKIND, *op. cit.*, 1990, p. 127.

⁶² GADENNE, *op. cit.* 2003, p. 174.

⁶³ *Idem*, p. 177.

⁶⁴ HANCOCK, Claire. *Paris et Londres au XIXe siècle*. Paris: CNRS, 2003, p. 20.

⁶⁵ *Idem*, p. 9.

⁶⁶ *Idem*, p. 50-60.

⁶⁷ *Idem*, p. 134-135.

⁶⁸ *Idem*, p. 163.

⁶⁹ *Idem*, p. 125.

⁷⁰ *Idem*, p. 125.

- ⁷¹ *Idem*, p. 197.
- ⁷² COURTINE, HAROCHE, *op. cit.* 1988, p. 269-270.
- ⁷³ *Idem*, p. 272.
- ⁷⁴ HARTOG, *op. cit.* 1999, p. 229-230.
- ⁷⁵ HANCOCK, *op. cit.* 2003, p. 224.
- ⁷⁶ POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840. Témoignages et Images.* Paris: L'Harmattan, 1993, p. 371.
- ⁷⁷ ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.* Porto: Afrontamento. 1975, p 59.
- ⁷⁸ ENGELS, *op. cit.* 1975, p.: 86.
- ⁷⁹ *Bíblia de Jerusalém*, Levítico, 14, 33-45.
- ⁸⁰ FREYCINET, Louis. *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi.* Paris: Pillet Ainé, 1825, p. 178-179.
- ⁸¹ *Idem, ibid.*
- ⁸² BRESCIANI, *op. cit.* 1989, p. 38.
- ⁸³ *Idem*, p. 85.
- ⁸⁴ DEBRET, *op. cit.* 1834-1839, v. 2, p. 43.
- ⁸⁵ SAINT-HILAIRE, *op. cit.* 1830, v. 1, p. 183.
- ⁸⁶ BRESCIANI, *op. cit.* 1989, p. 56.
- ⁸⁷ BRESCIANI, *op. cit.* 1984-1985, p. 60.
- ⁸⁸ *Idem, Ibid..*
- ⁸⁹ *Idem*, p. 52.
- ⁹⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra. *Morfologia das Cidades Brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. Revista USP.* São Paulo: (30) jun/ago1996, p. 150.
- ⁹¹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes.* São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, v. 3, p. 21.
- ⁹² FARGE, Arlette. *Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle.* Paris: Gallimard, 2000.
- ⁹³ PECHMAN, Robert Mosés. *Cidades Estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista.* Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 24.
- ⁹⁴ CALVINO, *op. cit.* 1994, p. 29.
- ⁹⁵ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional.* São Paulo: Siciliano, 1991, p. 286.
- ⁹⁶ CALVINO, *op. cit.* 1994, p. 59-60.
- ⁹⁷ *Idem*, p. 28.
- ⁹⁸ HANCOCK, *op. cit.* 2003, p. 296
- ⁹⁹ CALVINO, *op. cit.* 1994, p. 82. Sobre este trecho de Calvino, Marotta comenta que a viagem, neste autor, "*proporciona, por meio do conhecimento do mundo exterior o conhecimento de nossa própria cidade, e por meio do conhecimento dos outros homens o conhecimento de nós mesmos. Mediante o objeto percebido o viajante chega a si mesmo e se transforma em sujeito discernente e descobre a sua própria realidade*". MAROTTA PERAMOS, Mirella. *Viajeros italianos del Settecentos y su visión de Madrid.* Tesis. (Doctorado en Lengua y Literatura Italiana) Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1991, p. 37.